

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Foi a pior avaliação da relação governo/Congresso

Nunca foi tão ruim a relação de Lula com o Congresso

De tempos em tempos, o site Congresso em Foco realiza uma pesquisa com os principais líderes do Congresso Nacional, deputados e senadores, na qual mede os humores dos parlamentares sobre diversas questões relevantes. Divulgada agora, a última rodada do Painel do Poder, essa pesquisa, traz um dado preocupante: nunca foi tão ruim a relação entre o governo e

o parlamento. No caso, a pesquisa pede aos parlamentares que deem uma nota de 1 a 5 para classificar esse relacionamento. A média das respostas dadas pelos 70 deputados e senadores ouvidos foi 2,41. É a menor em todas as pesquisas feitas desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2023. Na rodada anterior, essa média tinha sido 2,81.

Bolsonaro

O alento para Lula é que essa avaliação era pior durante o governo Jair Bolsonaro, quando essa nota média chegou a ser de apenas 1,99. Mesmo a nota mais alta então foi menor que agora: 2,68. De qualquer modo, pode haver um fim de lua-de-mel de governo e Congresso.

Lua-de-mel

“Lua-de-mel” é o termo utilizado pelo economista e cientista político Ricardo de João Braga, um dos responsáveis pelo Painel do Poder. Ele avalia que o quadro pode representar um certo desgaste na relação, diante das disputas e de eventuais expectativas frustradas.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Eventual ascensão de Brito pode mudar jogo

Quadro não é, porém, estático. E pode melhorar

Ricardo de João Braga observa, porém, que o quadro não é estático. E ele mesmo não acredita que venha a representar um novo marco nessa relação Executivo/Legislativo. A pesquisa foi feita em setembro, antes, portanto, do primeiro turno das eleições municipais. “O quadro é volátil” observa o cientista político. “E já

aconteceram coisas, efeito das eleições, que poderão vir a estabelecer uma mudança nessa relação”. De um modo geral, tais coisas estão relacionadas à sucessão no Congresso, especialmente na Câmara, onde o quadro tornou-se completamente incerto. O avanço do PSD nas eleições municipais mexeu as peças no tabuleiro.

Lira

Arthur Lira imaginava que iria conduzir seu processo sucessório e que, dessa forma, manteria seu naco de poder depois que deixasse de ser presidente. A aliança PSD/União, ou Antônio Brito/Elmar Nascimento, pode frustrar esses planos de Lira. E melhorar para o governo.

Vice

Mostra dessa nova situação é o fato de PSD e União estarem nos bastidores negociando a vice-presidência da Câmara com o PT. Antes meros espectadores do processo, PT e governo podem vir a ter uma posição decisiva na definição de quem irá suceder a Arthur Lira.

Orçamento

Como o Correio Político mostrou na terça-feira (15), o governo meio que patrocina a trava do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino no chamado orçamento secreto. Ele é a chave do poder de Lira. Sem esse domínio, o governo volta para o jogo.

Arrumação

“Não é provável, portanto, que essa relação piore num futuro próximo”, observa Ricardo de João Braga. “Os dados, portanto, não parecem indicar a existência de uma crise relacionamento”, considera. “Não são o fim do mundo. Parecem mais um freio de arrumação”.

PSD e União oferecem vice da Câmara ao PT

Negociações ainda não foram, porém, oficializadas

Por Gabriela Gallo

Em meio às disputas internas para a eleição da presidência da Câmara dos Deputados, a aliança PSD-União Brasil convocou novos personagens à narrativa. Nos bastidores, o bloco convidou o Partido dos Trabalhadores (PT) para indicar um candidato para entrar na disputa para a primeira vice-presidência da Mesa Diretora da Casa. A negociação busca conseguir assim o apoio da federação PT-PCdoB-PV a um dos dois candidatos à sucessão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PSD-BA) e Elmar Nascimento (União Brasil-BA). As informações são do portal UOL.

O convite ainda não é oficial, tampouco foi confirmado pelo PT. Nesta terça-feira (15), a bancada do PT na Câmara se reuniu pela primeira vez para tratar sobre a sucessão de Arthur Lira (PP-AL). A última vez que o partido teve um membro no cargo foi em 2013, quando o ex-deputado André Vargas (PT-PR) assumiu o posto quando Henrique Eduardo Alves (PM-DB-RN) foi eleito presidente da Câmara.

PT

Os votos do PT e da esquerda dentro da Câmara também são cobiçados pelo candidato à presidência da Casa pelo Republicanos, o líder do partido na Câmara, deputado Hugo Motta (PB). Motta negocia entregar ao PT a primeira secretaria da Mesa Diretora e oferecer a primeira vice-presidência da Casa ao PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro e dono da maior bancada da Câmara. As infor-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Kassab usa força eleitoral para buscar apoio a Brito ou Elmar

mações são da Folha de São Paulo.

Nos bastidores, o PT também não tem certeza sobre qual candidato apoiar. Enquanto o líder do partido na Casa, deputado Odair Cunha (MG), defende apoiar Hugo Motta e firmar uma aliança com Arthur Lira – já que o presidente da Câmara anunciou apoio ao candidato. Porém, outros membros do partido alegam que o ideal é apoiar um candidato mais alinhado com o palácio do Planalto, o que a dupla Elmar Nascimento/Antônio Brito vêm tentando fazer. À priori, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deve se manifestar sobre as eleições do Congresso.

O Planalto e o governo não têm grandes divergências ou resistências com Hugo Motta. Porém, os parlamentares contrários a apoiar o candidato do

Republicanos temem as relações de proximidade entre ele e o líder do PP no Senado, senador Ciro Nogueira (PI). Isso porque Ciro Nogueira foi ex-ministro da Casa Civil durante a gestão de Jair Bolsonaro e é atualmente um dos principais articuladores da bancada bolsonarista no Congresso Nacional.

Entenda

A disputa para o sucessor de Arthur Lira evidenciou uma divisão da direita e do Centrão que segue incerta sobre quem será o vencedor. Antes das eleições municipais, o candidato Hugo Motta era o preferido da corrida interna, após a desistência de seu colega de partido, o atual vice-presidente da Câmara, Marcus Pereira (SP). Inicialmente, Motta era o preferido por ser avaliado como um candidato moderado, capaz de dialogar com o

governo e a oposição.

Imaginava-se, por isso, que fosse haver um consenso em torno de Hugo Motta. Mas PSD e União Brasil não aceitaram o jogo nesses termos. E os candidatos Elmar Nascimento e Antonio Brito se uniram para tentar derrubar a candidatura de Motta. Eles firmaram o compromisso de que Brito e Elmar apoiariam um ao outro, cedendo o lugar para quem parecesse mais forte no mês da sucessão, em fevereiro de 2025.

O favoritismo de Hugo Motta reverteu-se após o primeiro turno das eleições municipais, já que o PSD foi o partido que mais elegeu prefeitos no país (852). Com isso, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, afirma que os resultados oferecem vantagens à aliança PSD-União Brasil, inclusive para ser usado como moeda de troca.

No Dia do Professor, projetos para educação aprovados

Por Gabriela Gallo

Apesar de o Congresso Nacional estar com a pauta esvaziada em decorrência do segundo turno das eleições municipais, em 27 de outubro, a Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado Federal aprovou uma série de medidas voltadas para a educação, nesta terça-feira, Dia dos Professores (15 de outubro).

A comissão aprovou o texto substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) ao Projeto de Lei (PL) nº 6.284/2019, que torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estudantes ouvintes e pais ou responsáveis de alunos com deficiência auditiva.

O projeto original tornava obrigatório o ensino de Libras para todos os alunos da educação básica. Segundo Paim, que é o relator da medida, essa finalidade já foi atendida pela Lei 14.191/2021, que trata da educação bilíngue de surdos.

Livros

Além disso, a CE também aprovou o projeto de lei que cria a Política Nacional do Livro.

A proposta original é da ex-senadora Fátima Bezerra, atual governadora do Rio Grande do Norte, e o texto aprovado na comissão é um substitutivo da senadora Teresa Leitaó (PT-PE). Portanto, terá de passar por votação em turno suplementar na comissão antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Batizada de “Lei do Preço de Capa”, a medida determina que



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão dedicou-se a projetos voltados para a educação

autores e editores de obras literárias novas e reedições devem estabelecer um preço de capa para essas obras, que só poderá ser descontado em no máximo 10% durante o período de um ano a partir da data de lançamento.

A proposta é garantir que os novos livros editados com International Standard Book Number (ISBN) brasileiro recebam uma precificação única da editora.

O ISBN é um registro numérico criado com o objetivo de fornecer uma identificação, como uma espécie de “RG”, para publicações monográficas, como livros, artigos e apostilas. Essa identificação permite individualizar e catalogar as informações particulares e específicas de cada publicação produzida ao redor do planeta.

A medida ainda determina que o preço de venda ao consumidor não poderá ser fixado abaixo de 90% do preço de capa defini-

do pelo editor durante o prazo de um ano, contado da data de lançamento da publicação. A fiscalização ficará a critério do Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

O projeto isenta a precificação de obras: raras, antigas, usadas ou esgotadas; obras destinadas a colecionadores, com edição limitada ao número máximo de 100 exemplares; obras destinadas a instituições e entidades que possuam subsídio público. Além disso, reedições de livros terão os preços congelados por um ano.

CAE

Ainda sobre projetos voltados para educação, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o PL 1.910/2022, que condiciona a assistência financeira na educação aos estados, Distrito Federal

e municípios ao cumprimento de metas e à vulnerabilidade socioeconômica. A matéria segue para a Comissão de Educação.

O texto cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), voltado para condicionar a assistência financeira para o desenvolvimento das redes de ensino da educação básica aos estados da federação e DF, e municípios a critérios objetivos e universais.

Esses critérios devem considerar o desempenho em relação às metas estabelecidas, mensurado a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); o volume e a extensão dos repasses em ano anterior, com prioridade aos entes que não foram contemplados; a vulnerabilidade socioeconômica do ente federativo, observado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE).